# PROJETO DE LEI N°

, DE 2025

(Do Sr. Kim Kataguiri)

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima; e dá outras providências.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei considera-se estabelecimento prisional de segurança máxima o que dispõe a Lei n° 11.671, de 8 de maio de 2008.

- Art. 2º São princípios da Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima:
  - I Legalidade;
  - II Moralidade;
  - III Eficiência;
  - IV Transparência;
  - V Cooperação institucional;
  - VI Segurança pública e garantia da ordem;
  - VII Dignidade da pessoa humana;
  - VIII Prevalência do interesse público;
  - IX Atuação estratégica e uso adequado da força;







- X Combate e desarticulação do crime organizado;
- XI Investimento e capacitação continuada sobre segurança pública e sistema prisional;
  - XII transparência, responsabilização e prestação de contas.
- Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima:
- I Fomentar, modernizar e ampliar a infraestrutura física e tecnológica dos estabelecimentos prisionais de segurança máxima, garantindo condições adequadas para a integridade física dos custodiado e a segurança interna e externa;
- II Implantar e integrar sistemas avançados de monitoramento eletrônico, controle de acesso, vigilância e gestão de informações, com vistas a otimizar a operacionalidade das unidades prisionais;
- III Promover a capacitação contínua dos agentes penitenciários, gestores e demais servidores, mediante programas de treinamento técnico e operacional, em consonância com as melhores práticas;
- IV Estabelecer e fortalecer mecanismos de integração e cooperação institucional entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal e seus órgãos de segurança pública, do sistema prisional e as entidades de controle interno e externo;
- V Assegurar a transparência, a prestação de contas e o controle social da aplicação dos recursos nesta Política Nacional;
- VI Garantir ao menos uma unidade prisional de segurança máxima em cada Estado da Federação;
- VII Combater, desarticular e restringir a influência do crime organizado dentro do sistema penitenciário nacional;
- VIII Cooperar de forma ativa e estratégica para a garantia da segurança pública;
  - IX estimular e apoiar ações de prevenção à criminalidade, inclusive







com o compartilhamento de informações com os órgãos de segurança pública;

X - fomentar ações permanentes para o combate ao crime organizado
e à corrupção.

Art. 4º A Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima será implementada por estratégias que garantam integração, coordenação e cooperação entre todos os integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e os entes da federação, modernização da gestão das instituições prisionais, valorização e proteção dos profissionais relacionadas à atividade prisional, investimento e modernização da infraestrutura física e tecnológica do sistema prisional.

- Art. 5º Constituem recursos para o custeio da Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima:
  - I dotação orçamentária específica;
- II valores decorrentes da extinção da renúncia fiscal relacionada à revogação de que trata o inciso I do art. 9° desta Lei;
  - III doações;
  - IV legados;
  - V recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen);
  - VI recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP);
- VII subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais, nos termos do regulamento;
  - VIII outros recursos que lhe sejam destinados.





Art. 6º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte alteração:

com a seguinte alteração.	
"A	rt.5°
XI	II - Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento
do	s Estabelecimentos Prisionais de Segurança Máxima.
Art. 7° A	Lei Complementar n° 79, de 07 de janeiro de 1994, passa a
vigorar com a seguinte alteração:	
"A	rt.1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça e
Se	egurança Pública, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a
se	r gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen),
СО	m a finalidade de proporcionar recursos e meios para
fin	anciar e apoiar as atividades e os programas de
mo	odernização e aprimoramento do sistema penitenciário
na	icional e a Política Nacional de Desenvolvimento e
·	orimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança áxima." (NR)
Art. 8° A I	Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com as
seguintes alterações:	
"A	rt.52
	- duração máxima de até 8 (oito) anos, sem prejuízo de petição da sanção;





III - vedação de visita;
IV - vedação de saída da cela;
§1°
III - presos por crimes cometidos com violência ou grave ameaça;
IV - presos por crimes contra a administração pública.
§ 4° Na hipótese dos parágrafos anteriores, o regime disciplinar
diferenciado poderá ser prorrogado sucessivamente, existindo indícios de que o preso:

Art.9° Ficam revogados:

I - os incisos V, VI e VII do art. 5° e Capítulo IV da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II - o § 7 do art. 52 da Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# **KIM KATAGUIRI**

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

# **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta legislativa visa instituir a Política Nacional de Desenvolvimento e Aprimoramento dos Estabelecimentos Prisionais de Segurança







Máxima, como resposta à deterioração e descontrole que atualmente afetam o sistema prisional brasileiro. A experiência acumulada evidencia que as unidades prisionais existentes, muitas vezes superlotadas e com infraestrutura deficiente, tornaram-se verdadeiras "escolas do crime", onde a falta de condições adequadas e o convívio forçado entre detentos potencializam a formação e o fortalecimento de organizações criminosas.

O cenário atual evidencia a necessidade de investimentos estratégicos que assegurem condições adequadas para a custódia de indivíduos de alta periculosidade, promovendo a segurança pública e garantindo o respeito aos direitos fundamentais dos profissionais relacionados à atividade prisional e aos próprios custodiados.

A proposta adota princípios fundamentais, como a legalidade, moralidade, eficiência, transparência, cooperação institucional, segurança pública, dignidade da pessoa humana, e o combate e desarticulação do crime organizado. Tais diretrizes garantem que as ações a serem implementadas estejam em conformidade com os preceitos constitucionais e normativos, promovendo o equilíbrio fiscal e o uso adequado dos recursos públicos.

Além disso, a política estabelece objetivos estratégicos para modernizar e ampliar a infraestrutura dos estabelecimentos prisionais, integrando-os a uma rede de cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e fortalecendo os mecanismos de controle e transparência. Essa integração é fundamental para a criação de uma resposta coordenada e eficaz aos desafios impostos pelo crescimento do crime organizado e pelas deficiências do sistema atual.

Com relação à fonte de custeio dessa importante política pública, percebe-se que a revogação dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet) pode recuperar aproximadamente R\$ 1,5 bilhão anuais. Essa quantia, atualmente não arrecadada devido à renúncia fiscal, representa uma fonte significativa de recursos que poderá ser redirecionada para o aprimoramento das unidades prisionais de segurança máxima.





A destinação desses recursos permitirá investimentos em infraestrutura física e tecnológica, essenciais para a implementação de sistemas avançados de monitoramento, controle de acesso e vigilância, além de fortalecer a capacitação dos agentes penitenciários.

Diante do exposto, a presente proposta se justifica como instrumento imprescindível para promover a segurança interna e externa dos estabelecimentos prisionais, garantindo a proteção dos custodiados e contribuindo para a desarticulação das organizações criminosas, em benefício do interesse público e do fortalecimento da ordem no país.

Dessa forma, pelas razões acima expostas, submeto à aprovação dos pares esta proposta.

Sala das Sessões, em de

de 2025.

KIM KATAGUIRI Deputado Federal (UNIÃO-SP)



